

## **Família escrava e o Antigo Regime nos trópicos I: a questão do compadrio.<sup>1</sup>**

**Denise Vieira Demetrio/UFF**

O projeto que por ora desenvolvo trata das relações familiares constituídas ao longo dos séculos XVII e XVIII pelos escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga do Recôncavo da Guanabara. Pretende-se com esta pesquisa contribuir para as discussões acerca da formação de redes de compadrio formadas pelas elites locais e a população escrava como uma forma de consolidar interesses horizontais (entre elites e entre escravos) e verticais (entre senhores e escravos); as fontes que sustentam a pesquisa compõem-se de livros de batismos e matrimônios de escravos entre os anos de 1686 a 1806 que pertencem aos Arquivos Diocesanos de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, inventários entre os séculos XVIII e XIX do Arquivo Nacional e revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro com destaque para o Relatório do Marquês de Lavradio para o final do século XVIII. Por fim, uma documentação impressa indispensável para esse trabalho é a obra de Monsenhor Pizarro<sup>2</sup>, ponto de partida para um primeiro reconhecimento da região e da situação dos engenhos e outras propriedades rurais da Freguesia de Jacutinga.

O banco de dados que sustenta as informações dos livros eclesiásticos deste trabalho foi construído tendo-se por referência o do trabalho de Silvia Maria Jardim Brügger em sua tese de doutorado<sup>3</sup>. Ele possibilita o tratamento qualitativo e quantitativo de aspectos demográficos e genealógicos tanto de livres quanto de escravos. Entretanto ele foi idealizado tomando-se por base o conjunto de dados disponíveis nos livros da região estudada pela autora, cuja algumas informações não estão referidas nas fontes deste

---

<sup>1</sup> Apresentado originalmente no XII Encontro Regional da Anpuh no *Simpósio Temático 13: Mobilidade social na sociedade escravocrata brasileira*, coordenado por José Roberto Pinto de Góes / FFP-UERJ. Universidade Federal Fluminense, agosto de 2006.

<sup>2</sup> ARAÚJO, J. de S. Pizarro E. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Vol.s 1, 2, 3. RJ: Imprensa Nacional, 1945. \_\_\_\_\_ Freguesia de Santo Antônio – Orago de Jacutinga. Livro das Visitas de Monsenhor Pizarro em 1794, fl. 78 à 85. RJ: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal. Família e Sociedade. (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2002.

trabalho (como por exemplo avôs e avós dos batizados, suas idades, datas de nascimento, entre outros). Nesse sentido, buscou-se otimizar a estrutura do banco para favorecer a entrada e o cruzamento de dados como a eliminação de alguns campos e inserção de outros, que pudessem dar conta de aspectos qualitativos, como a filiação entre padrinhos e madrinhas. Além do banco de dados que trata dos livros eclesiásticos está sendo construído outro com os nomes e sobrenomes contidos nos livros *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*<sup>4</sup> e *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*<sup>5</sup> para que sejam cruzados com os indivíduos livres (proprietários e padrinhos) assentados nos livros de batismos. O objetivo é conhecer as origens e ligações parentais desses indivíduos, a fim de melhor compreender suas relações com o mundo da escravidão.

Dentre as questões que motivaram este estudo se faz necessário salientar, primeiramente, que em toda a bibliografia que aborda a família escrava é flagrante perceber que os autores, em quase sua totalidade, se restringem a análises que privilegiam o século XIX, não podendo, sem restrições, serem admitidas de imediato numa análise referente aos séculos XVII e XVIII, razão inicial deste trabalho; em segundo lugar devido a carência de referências bibliográficas sobre algumas freguesias do Recôncavo – sobretudo as que hoje compõe a Baixada Fluminense atual – para o período colonial onde na época predominavam os engenhos de açúcar, a produção de alimentos e principalmente as engenhocas de cachaça (como é o caso de Jacutinga por exemplo) uma análise mais detida das condições da escravatura e suas relações familiares e de compadrio entre escravos e com a população livre local também se faz necessária.

---

<sup>4</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. \_\_\_\_\_ *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

<sup>5</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora. 1965.

As leituras bibliográficas e a exploração das fontes têm apontado também para a necessidade de se inserir essas relações familiares nos quadros do Antigo Regime num esforço de aproximar a produção historiográfica que o aborda com a que trata da escravidão. Segundo Silvia Hunold Lara é preciso conectar as duas historiografias pois,

“se os estudos sobre os modos de governar só tem a ganhar se passarem a incorporar em suas reflexões as ações e os valores daqueles que aparentemente eram excluídos das redes do poder, também as pesquisas sobre a escravidão serão beneficiadas se voltarem a olhar mais cuidadosamente para o comportamento dos senhores e das autoridades coloniais.”<sup>6</sup>

Tomo para minha pesquisa as perguntas da autora: “Quais seriam as especificidades das relações entre senhores e escravos numa sociedade em que as hierarquias sociais eram tão marcadas? Como relacionar as disputas entre as elites locais, coloniais e metropolitanas com relação ao controle dos escravos?”<sup>7</sup> Assim sendo partimos numa tentativa de conectar a família escrava às redes de reciprocidades/solidariedades que se formavam no Império Português entre distintos segmentos sociais, em que pesem as relações de compadrio entre livres e escravos, donde advém a contribuição deste projeto para este evento.

Os dados aqui apresentados foram levantados a partir do livro de batismos de escravos mais antigo da Freguesia que pertence ao Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu e que vai de 1686-1721 (livro misto de batismo e matrimônio). Neste primeiro livro contabilizamos 675 registros de batismos e 84 de casamentos. Na amostra analisada para os batismos é grande o número de padrinhos e madrinhas livres e que possuem distintivos sociais como patentes militares, cargos políticos, sacerdócio e títulos por exemplo, como mostram as tabelas abaixo. Dividiremos nossa análise a partir dos dois grupos sociais mais significativos: os padrinhos/madrinhas livres e os escravos, respectivamente.

---

<sup>6</sup> LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, p. 37.

<sup>7</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 36-37.

Na tabela 1 os livres foram subdivididos entre os que possuíam sobrenome e os que não possuíam, pois estes últimos podem representar tanto uma população de livres pobres (brancos ou não) quanto de forros. É flagrante perceber que embora as madrinhas escravas ultrapassem os padrinhos escravos e os padrinhos livres sejam maioria que as madrinhas livres, o grupo dos padrinhos e madrinhas livres sobressaem-se sobre o dos escravos. Outra informação significativa é que o número de assentos em que não houveram madrinhas é maior que o de padrinhos e os casos de assentos duplos, ou seja, em que houveram dois padrinhos, não ocorre para as madrinhas. Mas isso não é exclusividade de Jacutinga: Silvia Brügger também encontra a mesma situação para São João del Rei no século XVIII o que, segundo ela, reforça a importância dos padrinhos naquela sociedade.<sup>8</sup> Tanto a ausência de padrinhos e/ou madrinhas quanto os assentos duplos não eram permitidos pelas *Constituições do Arcebispado da Bahia*<sup>9</sup> que regulavam os sacramentos da igreja católica. O fato desta determinação não estar sendo obedecida tanto em Minas quanto em Jacutinga só corrobora a afirmação da autora.

Condição no assento	Padrinhos	Madrinhas
livres com sobrenome	410*	210**
livres sem sobrenome	94	161
escravos	153	211
forros	3	5
Criado	1	0
Sujeito de	1	2
Serva	0	1
Inexistente	19	85
Duplos	6	0
Proteção	0	0

<sup>8</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e sociedade*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 330.

<sup>9</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Tip. Dois de Dezembro, 1853, Livro Primeiro, Tít. XVI.

Total	675+6=681	675
-------	-----------	-----

\* dentre estes 61 indivíduos são proprietários e aparecem em 103 assentos;

\*\* dentre estas 28 são proprietárias e aparecem em 77 assentos.

Quanto ao grupo dos padrinhos e madrinhas escravos analisamos primeiramente suas “cores” e “origens” e em seguida seus proprietários. Como se percebe pela Tabela 2, o grupo que sobressai é o dos “sem denominação”; poderia considerá-los crioulos, mas as fontes indicam a designação “crioulos” apenas para os filhos de africanas o que foi respeitado. Estes “sem denominação” poderiam ser aqueles há mais tempo estabelecidos, ou uma segunda geração de crioulos e, portanto, perderam a referência africana que nas fontes acompanha a palavra “crioulos”. Africanos vêm em segundo lugar, mas são minorias se comparados ao total de padrinhos/madrinhas, o que indica além de seu pequeno número no total dos batismos, disputas dentro do cativo. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes o tráfico gerava uma forte tensão política no mundo das senzalas. Em outras palavras, na época de chegada intensa de cativos, a rivalidade inter-étnica aumentava, colocando em risco a sobrevivência de grupos crioulos e africanos rivais. Uma resposta a essa situação de crise consistia na intensificação de alianças entre os cativos. Isso se refletiria nas relações de compadrio, que se tornariam mais intensas entre escravos na mesma proporção que a intensidade do tráfico.<sup>10</sup> Para este estudo que desenvolvo talvez isso possa explicar que, por causa desse conflito, os africanos fossem escolhidos em pequeno número não só para padrinhos e madrinhas, mas também para maridos, e até por isso também que os escravos escolhiam, dentre seus iguais, aqueles há mais tempo estabelecidos, os “sem denominação”.

Tabela 2: Cor/Origem dos Padrinhos e madrinhas
--

<sup>10</sup> FLORENTINO, Manolo, GÓES, José R. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

escravos		
Origem	Padrinhos	Madrinhas
Sem denominação	124	176
Africanos	22	12
Crioulos	1	1
Mulato	3	13
Pardo	3	9
Totais	153	211

Como se vê pela tabela 3 alguns proprietários se destacam não só pela posição que ocupam, como pelas vezes em que aparecem como senhores de padrinhos e madrinhas escravos. a partir das designações que lhes conferiam distinção social, afinal a escolha de um padrinho/madrinha escravo poderia ultrapassar alianças dentro do cativo e estar ligada à posição social de seus proprietários ou ainda ao grau de reciprocidade/solidariedade entre os proprietários dos compadres/comadres escravos. Em síntese este seria o critério de escolha de padrinhos/madrinhas pelos escravos: em primeiro lugar os homens e mulheres livres com sobrenome, depois os sem sobrenome e em terceiro os escravos, dentre estes os “sem denominação”.

Tabela 3: Profissão/títulos dos proprietários dos padrinhos e madrinhas escravos				
Profissão/títulos	Padrinhos		Madrinhas	
	quantos indivíduos	quantas vezes aparecem:	quantos indivíduos	quantas vezes aparecem:
Alcaide Mor	1	17	1	10
Capitães	7	10	10	10
Padres	5	6	6	12
Donas	3	7	4	9
Coronel	1	6	1	5
Doutor	1	1	1	1
General	1	5	1	5
Marquês	1	9	1	8
Mestre de Campo	1	3	1	5
Licenciados	1	1	2	2
Total	21	65	28	67

De acordo com Silvia Brügger estar ligado pelo compadrio a um grande número de famílias se tornava um poderoso mecanismo de ampliação de redes clientelares, ou seja, era um recurso político, pois para os padrinhos era extremamente interessante contar com as famílias de seus afilhados em suas redes clientelares<sup>11</sup> (fossem livres ou escravas, acrescentaria eu). Se por um lado é difícil pensar em algum grau de parentesco consanguíneo entre os padrinhos/madrinhas livres e os escravos que por eles foram apadrinhados, por outro poderíamos pensar no parentesco e nas redes clientelares entre seus proprietários como uma forma de explicar as escolhas dos cativos.

Enquanto no Recôncavo baiano estudado por Stuart Schuartz não houve casos em que os padrinhos livres de um escravo desfrutassem de status social igual ou superior ao do proprietário do cativo<sup>12</sup> e é exatamente o contrário o que ocorre aqui, ou seja, os escravos não estão buscando para padrinhos em maior medida os livres pobres ou forros, mas pessoas com prestígio. No caso dos escravos só o fato de terem os livres como compadres/comadres já representavam uma aliança para cima.<sup>13</sup> Também em Minas Silvia afirma que em primeiro lugar estão os padrinhos livres, brancos e de prestígio social.<sup>14</sup> Fosse para livres ou para escravos o importante é que o compadrio representou sempre uma aliança para cima.

A partir desses dados encontra-se uma problematização maior para se tratar a família escrava que extrapola a simples afirmação de sua existência, ou seja, minha preocupação passou a ser por que os livres/elites apadrinhavam escravos e como os escravos entendiam e/ou o que esperavam desses padrinhos e madrinhas. De fato pude perceber um forte caráter político nos compadrios, ou seja, as relações parentais e políticas

---

<sup>11</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. pp. 346-349.

<sup>12</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 334.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. Idem, ibdem. p. 324

<sup>14</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 342.

das elites também apareciam nas relações com suas escravarias. Podemos citar, por exemplo, a família dos Correia Vasques cujos membros aparecem apadrinhando escravos entre si.<sup>15</sup> Também para Silvia Brügger os arranjos políticos imiscuíam-se nas teias familiares ou, talvez, dizendo melhor, partiam delas. Pessoas de importante participação política na região estavam entre os que tinham maior número de afilhados.<sup>16</sup>

Essa aproximação entre elites locais e escravos pode ser explicada pela lógica do Antigo Regime sob a qual se pautavam as reciprocidades entre as próprias elites e entre estas e seus escravos (e os escravos de seus aliados) a partir da dinâmica do império ultramarino português e de sua operacionalização não só por meio de práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, pela lógica do serviço, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício dos poderes locais, mas também pelas reciprocidades que não se processavam apenas entre metrópole/coroa/rei e conquistas/conquistadores/vassallos ultramarinos, mas também entre estes e os grupos sociais menos privilegiados, que aqui são os escravos, ou melhor, as famílias escravas.

João Fragoso, estudando a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro seiscentista, afirma que para pertencer à elite econômica da época era fundamental ter acesso aos postos de comando da cidade. Para tanto a primeira condição era pertencer ou estar ligado às melhores famílias da terra, além de possuir engenhos. Entretanto, essas condições, por si só, não garantiam o acesso ao poder, que pressupunha outras condições. Entre elas, ter legitimidade social, ou seja, ter sua qualidade reconhecida pela sociedade. Vale destacar as próprias palavras do autor:

“Uma das condições para se preservar a qualidade diante da sociedade era tê-la sancionada pelos chamados grupos subalternos: lavradores, pequenos

---

<sup>15</sup> Refiro-me ao Alcaide mor Tomé Correia Vasques, ao Doutor Manoel Correia Vasques, ao Mestre de Campo Martim Correia Vasques, ao Coronel Salvador Correia de Sá, sem contar suas respectivas esposas e filhos.

<sup>16</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 369.



comerciantes, etc. E isto, primeiramente, nas freguesias. Para tanto, as relações de reciprocidade via compadrio parece que eram fundamentais. Nesse sentido o engenho deixava de ser apenas uma fábrica para se transformar numa ‘capela’, onde batizados e casamentos se consumavam (...), um espaço de sociabilidade para as pessoas da cercania e, portanto, um local onde o dono da moenda podia estabelecer bases para seu prestígio local”<sup>17</sup>.

Na passagem acima o autor está se referindo ao compadrio entre livres, mas logo adiante afirma que:

“A frequência de passagens do tipo com “meus criados, escravos e índios” demonstra que a geração do poder diante das camadas ditas subalternas não se limitava, por exemplo, às paredes das capelas. Neste momento da pesquisa, infelizmente, sou incapaz de mapear os mecanismos sociais que levavam os escravos e índios a ‘acompanharem seus senhores’. Porém, uma coisa é certa: apenas a violência não produzia tais fenômenos. (...) Portanto, deviam existir práticas de reciprocidade eficientes entre os senhores e aqueles ‘acompanhantes’(...)”<sup>18</sup>

Em trabalho posterior o mesmo autor reitera que:

“a legitimidade das hierarquias era garantida pela escravidão através da contínua negociação entre senhores e escravos. Estas barganhas se traduziriam nas *plantations*, em famílias escravas estáveis, em terrenos e em equipamentos a elas concedidos pelos senhores. Além disto, as freguesias podiam ser atravessadas por redes de solidariedades escravas, como os compadrios entre cativos de distintos senhores. Com certeza, estes fenômenos podem ser interpretados de diversos modos: conquistas dos escravos tiradas de seus donos; estratégias senhoriais, procurando evitar problemas nas senzalas; recompensa senhorial pela subserviência de frações da população cativa, etc. (...) Desnecessário dizer que reciprocidade não era sinônimo de igualdade, assim como as negociações estavam ligadas a tensões.”<sup>19</sup>

Resta-nos indagar: o que estas alianças representavam para os escravos e suas famílias? Não é difícil imaginar. Fossem ganhos materiais ou subjetivos através das fontes analisadas, portanto, tornar-se evidente a constituição de uma sólida rede entre as famílias

---

<sup>17</sup> FRAGOSO, João. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001. p.: 248.

<sup>18</sup> Id. *Ibid.*, p. 253.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_ “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.” In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 137.

escravas daquela região e sua elite local expressa pelas relações verticais e horizontais por ocasião do compadrio, seja nos batismos ou nos matrimônios.

### Fontes manuscritas e Bibliografia

Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. *Livro de Batismos e matrimônios de escravos. 1686-1721.*

ARAÚJO, J. de S. Pizarro E. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Vol.s 1, 2, 3. RJ: Imprensa Nacional, 1945. \_\_\_\_\_ Freguesia de Santo Antônio – Orago de Jacutinga. *Livro das Visitas de Monsenhor Pizarro em 1794*, fl. 78 à 85. RJ: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal. Família e Sociedade. (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2002.

FLORENTINO, Manolo, GÓES, José R. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_ “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.” In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. \_\_\_\_\_ *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Tip. Dois de Dezembro, 1853.